

Tupi or not tupi: eis a questão

KLÍTIA LOUREIRO

Universidade Federal do Espírito Santo

Introdução

O direito de restabelecer seus territórios constitui uma das principais reivindicações dos povos e comunidades indígenas de diversos países do mundo. No entanto, um dos problemas que envolvem essa questão diz respeito ao fato de ainda prevalecer, em pleno início de século XXI, uma forte concepção estereotipada da figura do índio.

Na região Sudeste do Brasil, de modo particular no estado do Espírito Santo, a instalação da empresa Aracruz Celulose S.A.(1972) em território indígena desencadeou um conflito pela terra por parte das comunidades Tupiniquim e Guarani M'bya. Por sua vez, esse embate engendrou uma luta pelo reconhecimento da identidade étnica dos *remanescentes* Tupiniquim.

O objetivo deste artigo é discutir algumas questões referentes à luta pela terra indígena no estado do Espírito Santo e também problematizar a concepção de senso comum que envolve esse fenômeno. Nosso *Leitmotiv* é responder à pergunta: Como os índios Tupiniquim têm lutado para reafirmar sua identidade étnica e resgatar não apenas territórios expropriados, mas a dignidade cultural?

A partir da literatura disponível sobre essa temática, levantamos algumas hipóteses: 1) o processo de reconhecimento da identidade étnica dos Tupiniquim, ao contrário de boa parte dos processos que envolvem essa questão, fundamentou-se, pelo menos *a priori*, em critérios de auto-identificação, ao deixar de lado, critérios culturais; 2) o Estado, em parceria com o capital

transnacional, foi responsável pela negação do *Ser* dessa comunidade indígena no Espírito Santo. No entanto, contraditoriamente, foi também um órgão específico do Estado que contribuiu para que o resgate e a defesa dos remanescentes culturais dos Tupiniquim se tornassem prioridade dentro das políticas públicas; 3) a dialética do progresso capitalista *versus* barbárie tem suas raízes na história de inserção do território brasileiro no âmbito do processo civilizatório desencadeado pelas metrópoles europeias no século XVI.

A Aracruz Celulose S.A.

A Aracruz Celulose S.A. é uma empresa capitalista transnacional que se instalou no município homônimo de Aracruz, no litoral norte do Estado do Espírito Santo, região Sudeste do País, em plena ditadura militar (1972). Hoje (2005) é líder mundial na produção de celulose branqueada de eucalipto, respondendo por 31% da oferta global do produto, destinado à produção de bens de alto valor agregado, como papéis sanitários, de imprimir e escrever e papéis especiais, usados, por exemplo, na revelação de fotos, entre outros. Cerca de 90% da celulose produzida são exportados para a América do Norte (Estados Unidos da América e Canadá) e para a Europa (Aracruz Celulose, 2004a).

O controle acionário é exercido pelos Grupos Lorentzen, da família real norueguesa, Votorantim e Safra (cada um com 28% das ações ordinárias) e pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, BNDES (12,5%). As ações preferenciais da empresa, perfazendo mais de 50% do total, são negociadas nas Bolsas de Valores de São Paulo, Nova York e Madri.

No Espírito Santo, as operações florestais da Aracruz Celulose iniciaram-se em 1967, com a fundação da empresa Aracruz Florestal (Arflo), por meio da compra de 10.000ha, adquiridos da Companhia Ferro e Aço de Vitória (Cofavi). A partir daí o projeto tomou proporções significativas, ultrapassando as fronteiras do Estado, incorporando em seu processo de expansão o sul da Bahia.

Além do Espírito Santo, as operações florestais da Aracruz abrangem os Estados da Bahia, de Minas Gerais e do Rio Grande do Sul, com 247,3 mil hectares de plantio de eucalipto (Aracruz Celulose, 2004b). No Espírito Santo a empresa possui cerca de 105,9 mil hectares de plantios próprios de eucalipto, boa parte deles nos municípios de Aracruz, São Mateus e Conceição da Barra.

Implantada em perfeita sintonia com os objetivos dos planos nacionais de desenvolvimento, empreendidos ao longo da década de 1970, a Aracruz Celulose foi gestada, nasceu e cresceu durante o período da ditadura militar (1964–1985), que,

ERROR: undefined
OFFENDING COMMAND: get

STACK:

/0
-dictionary-
1